pondências que a Universidade Livre haja de expedir por intermédio do correio.

Paços do Governo da República, 2. do Outubro de 1917.— O Ministro da Guerra, *José Mendes Ribeiro Norton de Matos*.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral das Colónias

3.ª Repartição

3.ª Secção

Rectificação

No decreto n.º 3:399, de 28 do corrente, eliminando o lugar de engenheiro subalterno do quadro das obras públicas da província de Cabo Verde, e fixando os vencimentos do técnico colonial, engenheiro de minas, que presta serviço na mesma colónia, publicado no *Diário do Governo* n.º 168, 1.ª série, de 28 do mesmo mês, na p. 941, 1.ª col., artigo 2.º, onde se lê: «que preste serviço na mesma colónia», deve ler-se: «que presta serviço na mesma colónia».

Direcção Geral das Colónias, 29 de Setembro de 1917.— Pelo Director Geral, *João Taumaturgo Junqueira*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Secretaria Geral

DECRETO N.º 3:418

Tendo a experiência mostrado a necessidade de modificar algumas disposições do decreto n.º 3:101, de 20 de Abril de 1917;

Usando das faculdades conferidas pelas leis n.º 373, de 2 de Setembro de 1915, e n.º 491, de 12 de Março de 1916:

Hei por bem, com o voto do Conselho de Ministros, decretar o seguinte:

Artigo 1.º Nos concelhos limítrofes da raia não poderão entrar gados das espécies comestíveis, provenientes doutras regiões do país, sem guia de trânsito (modelo A) passada pelo administrador do concelho donde o gado procede.

§ 1.º O primeiro talão da guia fica em poder da autoridade que a passar, o segundo acompanha o gado em trânsito, qualquer que seja o meio de transporte, e o terceiro deve ser remetido imediatamente pelo administrador do concelho da proveniência ou do destino.

§ 2.º O segundo talão da guia servirá de documento para legalizar a existência do gado no concelho do destino, devendo, dentro do prazo de três dias, os interessados fazer manifesto, nos termos do artigo 2.º, ou alterar o manifesto que já possuírem.

§ 3.º O trânsito das referidas reses, duns para outros concelhos limítrofes da raia, só poderá fazer-se indo as reses acompanhadas duma guia e seguindo-se o processo prescrito nos parágrafos precedentes.

Art. 2.º Todo o gado das espécies comestíveis, existentes nos concelhos limítrofes da raia à data deste decreto, será declarado pelos seus proprietários no prazo de dez dias com rigorosa exactidão, quanto ao número de cabeças, sua espécie, raça e local da residência, devendo posteriormente o proprietário ou detentor do gado notificar imediatamente à autoridade administrativa a morte, venda ou extravio de qualquer das cabeças declaradas no manifesto, assim como o nascimento ou aquisição de qualquer outra ou a deslocação para freguesia di-

versa do mesmo concelho, para o dito manifesto ser convenientemente modificado, devendo todos êsses factos ser atestados depois de verificados por qualquer autoridade local — administrativa, fiscal ou da guarda nacional republicana.

§ 1.º As declarações serão feitas em papel comum e entregues ao regedor da freguesia.

§ 2.º As declarações prestadas em cada freguesia só podem dizer respeito às reses nela existentes, devendo por isso os interessados apresentar aos respectivos regedores tantas declarações quantas as freguesias onde tiverem o gado.

§ 3.º Terminado o prazo da recepção das declarações o regedor deve remetê-las imediatamente ao administrador do concelho, o qual, depois de preenchidos os manifestos (modelo B), devolverá os talões aos regedores das freguesias para serem entregues aos interessados, mandando em seguida averiguar por agentes idóneos a veracidade das declarações.

§ 4.º As autoridades administrativas, pelos seus agentes, mandarão periodicamente verificar a existência das reses manifestadas, tomando providências para evitar que elas sejam transportadas para além da fronteira.

§ 5.º O disposto neste artigo aplica-se também aos que posteriormente à data deste decreto adquirirem, pela primeira vez, gado dentro do próprio concelho.

Art. 3.º As guias a que se refere o artigo 1.º do presente decreto, quando passadas a donos ou condutores de gado, que de quaisquer concelhos se dirijam às feiras dos concelhos limítrofes da raia, declararão sempre que o gado a que respeitam se dirige para a feira, indicando o dia e local onde esta se efectua; e se todo ou parte do gado for vendido na feira, deverão, em relação a este, ser imediatamente cumpridas as disposições do presente decreto.

§ único. Nas feiras dos concelhos raiados deverá comparecer o administrador respectivo para o efeito de por si ou seus delegados aceitar as declarações dos compradores de gados e anotar nas guias dos vendedores as alterações ocorridas.

Art. 4.º Cessa a faculdade de conceder guias de pastagem aos proprietários e detentores de gado que pretendam mandar reses para fora do país e continua proibida a importação temporária de gado estrangeiro para pastar no território nacional.

Art. 5.º Na parte do concelho de Lisboa abrangida pela linha de circunvalação fica sujeito ao regime de manifesto fiscal o gado vacuum nela existente, devendo tal manifesto ser feito na sede da Alfândega de Lisboa ou nos postos especiais de despacho na referida linha.

Art. 5.º Fica proibida a entrada de carnes verdes ovinas, caprinas e suínas pelas barreiras da cidade de Lisboa.

§ único. As miúdezas não são compreendidas nesta proibição.

Art. 7.º As guias e manifestos a que alude o presente decreto são isentos de quaisquer imposições, pagando apenas os interessados por cada impresso a quantia de \$01.

Art. 8.º As transgressões deste decreto, pelos proprietários, detentores ou condutores de gado, serão julgadas nos termos do decreto n.º 2 de 27 de Setembro de 1894, na parte em que não são contrariados pelo presente decreto, podendo, nos respectivos processos, ser considerados como apreensores ou participantes, não só as autoridades administrativas, fiscais ou da guarda nacional republicana, como quaisquer particulares.

§ único. Se o apreensor ou participante não for autoridade deverá dirigir-se imediatamente à autoridade local para levantar o auto de transgressão ou apreensão, enviando este e o gado apreendido ao secretário de finanças para os efeitos do artigo 12.º

Art. 9.º São especialmente consideradas infracções deste decreto:

1.º O encontro de gado, sem guia de trânsito, fora da freguesia em que estiver manifestado;

2.º O encontro de gado, com guia de trânsito, mas além do ponto de destino nela designado, no sentido da fronteira, ou aproximando-se desta fora do caminho que para esse ponto deveria seguir;

3.º A falta de entrada do gado na localidade designada na guia de trânsito no prazo nesta marcado;

4.º Qualquer outra transgressão das disposições deste decreto.

Art. 10.º As infracções do presente decreto serão punidas com a perda do gado e multa de 5\$ a 50\$ por cabeça desse gado que tenha sido objecto da infracção. Se o gado não tiver sido apreendido, a multa será de 30\$ a 300\$ nas mesmas condições.

§ 1.º Quando se trate de cabeças de gado vacum com idade superior a um mês o mínimo da multa será de 40\$ ou de 200\$ por cabeça, conforme tiver ou não sido apreendido o gado respectivo.

§ 2.º A responsabilidade pelas infracções deste decreto será regida também pelas disposições applicáveis do decreto n.º 2 de 27 de Setembro de 1894.

Art. 11.º O produto das multas será assim dividido:

a) 50 por cento para os apreensores, mas se tiver havido participante ou denunciante a este pertencerão 25 por cento, sendo sómente os restantes 25 por cento para os apreensores;

b) 20 por cento para o fundo especial de que trata o artigo 13.º do decreto n.º 3:288, de 11 de Agosto de 1917;

c) 30 por cento para a comissão de assistência do concelho em que se instruir o processo ou para instituições por essa comissão fundadas e, não as havendo, para as designadas pelo governador civil do distrito.

§ único. Não tendo havido apreensão o produto das multas será distribuído igualmente para os fins designados nas três alíneas deste artigo.

Art. 12.º Todos os processos por contravenções do presente decreto, fora de Lisboa, devem ser instruídos nas repartições de finanças dos concelhos onde elas se derem, sendo a autoridade instrutora o respectivo secretário.

Art. 13.º A inobservância das disposições deste decreto por parte das autoridades e funcionários a quem compete executá-las, ou cooperar na sua execução, será punida com a pena de multa de 5 a 500\$, além do procedimento disciplinar, se outra mais grave não couber pelo Código Penal.

Art. 14.º A guarda fiscal e a guarda nacional republicana prestarão às autoridades administrativas todo o auxilio para a completa execução deste diploma.

Art. 15.º Nas freguesias confinantes com a raia, os depósitos de quaisquer géneros, mercadorias ou gados ficam sujeitos ao regime de manifesto como está estabelecido nos regulamentos em vigor para os depósitos de géneros sujeitos ao rial de água, podendo ser verificadas as respectivas existências por meio de varejo e com as penalidades applicáveis segundo os mesmos regulamentos.

Art. 16.º O presente decreto entra imediatamente em vigor, substitui o n.º 3:101, de 20 de Abril último, e revoga todas as disposições em contrário.

O Presidente do Ministério e Ministro das Finanças e os Ministros de todas as Repartições assim o tenham entendido e o façam executar. Paços do Governo da República, 2 de Outubro de 1917.—BERNARDINO MACHADO—*Afonso Costa—Artur R. de Almeida Ribeiro—José Mendes Ribeiro Norton de Matos—José António Arantes Pedrosa—Augusto Luis Vieira Soares—Herculano Jorge Galhardo—Ernesto Jardim de Vilhena—Eduardo Alberto Lima Basto.*

MODELO A

MANIFESTO DE GADOS

Concelho d...

Guia de circulação de gados das espécies comestíveis

F..., conduz d..., freguesia d..., deste concelho, o gado abaixo designado, para..., freguesia d..., do concelho d..., seguindo pelas estradas d..., sendo esta guia válida, para trânsito, até o dia (a) ..., às (a) ... horas. O gado pertence a F..., residente na freguesia d..., concelho d...

Designação das reses ou espécies	Número de cabeças		Total (a)	Sinais das reses
	Machos	Fêmeas		

Administração do Concelho d..., de ... de 191...

O Administrador do Concelho,

(a) Por extenso.

(b) Sólo em branco.

MODELO A

MANIFESTO DE GADOS

Concelho d...

Guia de circulação de gados das espécies comestíveis

F..., conduz d..., freguesia d..., deste concelho, o gado abaixo designado, para..., freguesia d..., do concelho d..., seguindo pelas estradas d..., sendo esta guia válida, para trânsito, até o dia (a) ..., às (a) ... horas. O gado pertence a F..., residente na freguesia d..., concelho d...

Designação das reses ou espécies	Número de cabeças		Total (a)	Sinais das reses
	Machos	Fêmeas		

Administração do Concelho d..., de ... de 191...

O Administrador do Concelho,

(a) Por extenso.

(b) Sólo em branco.

MODELO A

MANIFESTO DE GADOS

Concelho d...

Guia de circulação de gados das espécies comestíveis

F..., conduz d..., freguesia d..., deste concelho, o gado abaixo designado, para..., freguesia d..., do concelho d..., seguindo pelas estradas d..., sendo esta guia válida, para trânsito, até o dia (a) ..., às (a) ... horas. O gado pertence a F..., residente na freguesia d..., concelho d...

Designação das reses ou espécies	Número de cabeças		Total (a)	Sinais das reses
	Machos	Fêmeas		

Administração do Concelho d..., de ... de 191...

O Administrador do Concelho,

(a) Por extenso.

(b) Sólo em branco.

MODÉLO B

MANIFESTO DE GADOS

Concelho de ...

Manifesto de gado das espécies comestíveis

N.º .../191...

F., residente em freguesia de deste concelho, manifestou o gado cons-
tante d'este registo, que se obriga a apresentar à fiscalização respectiva, não o transaccio-
nando, nem consumindo, sem conhecimento da mesma fiscalização.

Dia	Mês	Ano	Designação das reses ou espécies	Número de cabeças		Total (a)	Sinais das reses
				Machos	Fêmeas		

Administração do Concelho de de de 191.

(a) Por extenso.

(b) Selo em branco.

O Administrador do Concelho,

(b)

MODÉLO B

MANIFESTO DE GADOS

Concelho de ...

Manifesto de gado das espécies comestíveis

N.º .../191...

F., residente em freguesia de deste concelho, manifestou o gado cons-
tante d'este registo, que se obriga a apresentar à fiscalização respectiva, não o transaccio-
nando, nem consumindo, sem conhecimento da mesma fiscalização.

Dia	Mês	Ano	Designação das reses ou espécies	Número de cabeças		Total (a)	Sinais das reses
				Machos	Fêmeas		

Administração do Concelho de de de 191.

(a) Por extenso.

(b) Selo em branco.

O Administrador do Concelho,

(b)

Paços do Governo da República, 2 de Outubro de 1917.—O Ministro do Trabalho e Previdência Social, *Eduardo Alberto Lima Basto*.